Estratégia Concursos

Aula 00

IBAMA (Analista Ambiental - Tema 2)

Passo Estratégico de Conhecimentos Específicos

Autor:

Monik Begname de Castro

12 de Setembro de 2023

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL

Sumário

Apresentação 1

O que é o Passo Estratégico? 2

Análise Estatística 3

O que é mais cobrado dentro do assunto Princípios do Direito Ambiental? 4

Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque 4

Aposta estratégica 9

Questões estratégicas 10

Questionário de revisão e aperfeiçoamento 14

Perguntas 15

Perguntas com respostas 15

Lista de Questões Estratégicas 19

Gabarito 21

APRESENTAÇÃO

Olá!

Sou a professora Monik Begname de Castro e, com imensa satisfação, serei a sua analista do Passo Estratégico!

Para que você conheça um pouco sobre mim, segue um resumo da minha experiência profissional, acadêmica e como concurseira:

Analista do Passo Estratégico - disciplina: Direito Ambiental.

Professora do Estratégia Concursos - disciplinas: Engenharia Florestal.

Perita Criminal do Estado de Mato Grosso do Sul desde 2022, tendo sida aprovada em 7º lugar.

Aprovada em 1º lugar no concurso da POLITEC-MT em 2022 para o Cargo de Perito Oficial Forense.

Fui Professora por 2 anos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e por 2 anos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, tendo sido aprovada em ambos os concursos em 1º lugar.

Graduada em Engenharia Florestal (Universidade Federal de Lavras).

Mestra em Ciências Florestal (Universidade Federal de Lavras).

Estou extremamente feliz de ter a oportunidade de trabalhar na equipe do "Passo", porque tenho convicção de que nossos relatórios e simulados proporcionarão uma preparação diferenciada aos nossos alunos!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

a) orientar revisões eficientes;

b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos nos stories do Instagram e nos marque:

@passoestrategico
Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de concurseiros!

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso – quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

Assunto	Grau de incidência em concursos similares Cebraspe
Lei nº 9.605/1998 - Lei do Meio Ambiente (crimes); Decreto nº 6.514/2008 - Infrações, Sanções e Processo Administrativo em Matéria Ambiental	25,98%
Lei nº 12.651/2012 - Código Florestal	23,62%
Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente	18,11%
Unidades de Conservação - Lei nº 9.985/2000 e Decreto nº 4.340/2002	8,66%
Princípios do Direito Ambiental	6,30%
Direito Ambiental Constitucional	5,51%
Sustentabilidade Ambiental	3,15%
Lei Complementar nº 140/2011 - Cooperação	2,36%
Decreto nº 8.973/2017 - Estrutura Regimental do IBAMA	2,36%
Lei nº 10.410/2002 - Carreira de Especialista em Meio Ambiente	1,57%

Para que você entenda essa análise estatística, gostaria de esclarecer alguns pontos. Este Passo Estratégico, foi elaborando com base no último Edital do concurso para o IBAMA (2021). Portanto, com base nele, fiz um levantamento estatístico dos conteúdos exigidos nos tópicos: Legislação do setor de Meio Ambiente e Noções de Direito Ambiental (Conhecimentos básicos para os cargos de nível superior). Então, perceba que algumas legislações são de extrema importância para sua prova, como: Lei de Crimes Ambientais, Código Florestal, Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Mas isso não quer dizer que você poderá negligenciar os outros tópicos, certo?

Com isso, a nossa intenção é mostrar os tópicos mais cobrados dentro desta parte do edital, e apontar as partes mais relevantes daqueles assuntos não tão exigidos.

Mas você pode estar se perguntando por qual motivo alguns itens dos tópicos Legislação do setor de Meio Ambiente e Noções de Direito Ambiental não constam em nossa estatística.

Explico! Os assuntos que não estão nessa análise, ou nunca foram cobrados pelo Cebraspe ou tiverem o percentual muito baixo, por isso eles não aparecem em nossa análise. Agora, podemos passar para nossa aula! Vamos lá?!

O que é mais cobrado dentro do assunto Princípios do Direito Ambiental?

Iniciaremos nosso 1º Passo Estratégico com o estudo/revisão dos principiais Princípios do Direito Ambiental. Assim, considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Cebraspe
Princípio da Precaução e da Prevenção	44,09
Princípio do Poluidor-pagador e do Usuário-pagador	29,92
Princípio do Desenvolvimento Sustentável	8,66
Princípio da Participação Comunitária	7,87
Princípio da Informação	3,15
Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	2,36
Princípio do Protetor-recebedor	1,57
Princípio da Educação Ambiental	1,57
Princípio da Ubiquidade	0,79

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. O **Princípio da Prevenção e o Princípio da Precaução** além de serem os mais cobrados em prova, é comum haver confusão entre eles, por isso peço bastante atenção!!

1.1 O princípio da prevenção é aplicado quando são conhecidos os danos causados ao ambiente com a prática de determinada atividade perigosa. Quando há **CERTEZA** quanto a esses danos.

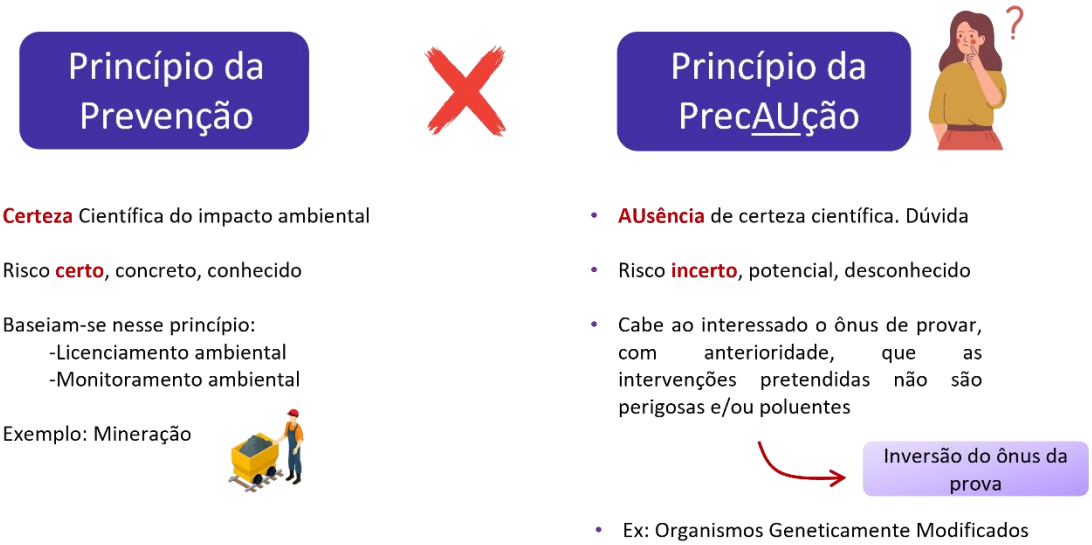
- Esse princípio prevê a adoção de medidas para **prevenir, minimizar, evitar, mitigar e compensar** os **impactos negativos** desencadeados por atividade ou empreendimento, bem como para a **restauração de recursos ambientais**, uma vez que o restabelecimento de espaço naturais impactados se faz importante no abrandamento dos danos existentes e constitui um passo importante na prevenção de futuros danos.

- Exemplos: exigência de estudo ambiental para o licenciamento de atividade apta a causar degradação ao ambiente (Esse exemplo é muito cobrado em prova!!)

1.2 O Princípio da precaução é aplicado quando **não há certeza** quanto aos possíveis efeitos negativos de determinada atividade ou empreendimento. Ou seja, apoia-se na **AU**SÊNCIA de certeza científica (quando

a informação científica é insuficiente, incerta ou inconclusiva). Nesse caso, impõem-se restrições ou impede-se a intervenção pretendida.

- É com base no Princípio da Precaução que parte da doutrina sustenta a possibilidade de **inversão do ônus da prova** nas demandas ambientais, atribuindo ao **réu** a obrigação de provar que a sua atividade não é perigosa nem poluidora.



2. O **Princípio do Poluidor-pagador** e o **Princípio do Usuário-pagador** também estão entre os mais cobrados em provas, além de ser comum também haver confusão entre eles.

2.1 O Princípio do Poluidor-pagador (**Princípio da Responsabilidade**), exige que o poluidor suporte as despesas de prevenção, de reparação e de repressão dos danos ambientais por ele causados.

- Esse princípio é concretizado pelo que se conhece por **internalização** das **externalidades negativas**, isto é, a incorporação dos ônus externos da atividade produtiva no custo produtivo da atividade, evitando a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos ambientais.

- Uma atividade poluidora amparada em uma licença ou autorização ambiental **não desonera** o poluidor de reparar os danos ambientais, pois não se trata de uma penalidade e sim de um **ressarcimento** ao meio ambiente.

- As aplicações do Princípio do Poluidor-pagador devem ser vistas como instrumentos de caráter **preventivo**, **indenizatório** e **reparatório**, que buscam fazer com que os recursos naturais sejam utilizados de modo mais racional e sem proporcionar degradação ao meio ambiente.

2.2 O Princípio do Usuário-Pagador preconiza que as pessoas que utilizam os recursos naturais devem pagar pela sua utilização. Diferentemente do Princípio do Poluidor-pagador, o do Usuário-pagador pode ser aplicado mesmo que não haja poluição, não caracterizando um caráter de sanção ambiental ou indenização como aquele princípio.

- Exemplo: Cobrança pela utilização de um recurso natural sem poluição.

Princípio do Poluidor-pagador

- **Princípio da Responsabilidade**
- Visa **EVITAR** a privatização dos lucros e a socialização das perdas
- Não confundir com licença ou autorização para poluir
  - Não é pagador-poluidor
  - Ninguém pode comprar o direito de poluir

Princípio do Usuário-pagador

- O usuário dos recursos naturais deve pagar por sua utilização, independente da ocorrência de poluição.
- Aplicação desse princípio busca:
  - Racionalizar o uso
  - Evitar que o "custo-zero" gere a hiperexploração e o desperdício

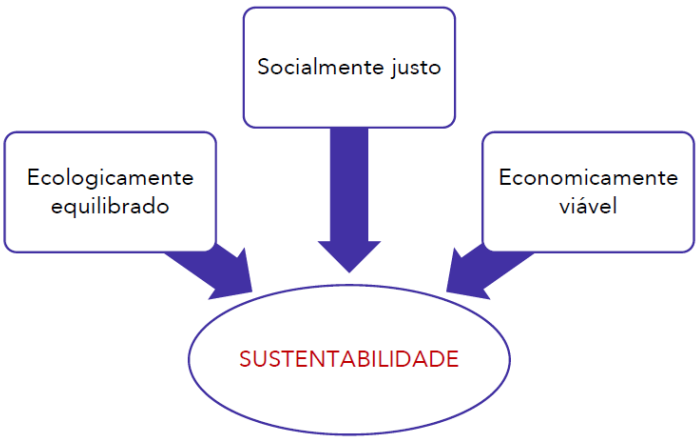
- Ex: Cobrança pelo uso da água

3. O termo **desenvolvimento sustentável** foi apresentado de forma genérica na Conferência de Estocolmo de 1972, porém o termo foi definido de modo mais específico no Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse documento, também conhecido por "Nosso Futuro Comum", o desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Princípio do Desenvolvimento Sustentável

- Atende às necessidades das gerações presentes
- Sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades

- Para atingir esse desenvolvimento sustentável, há que equilibrar o que se conhece **por tripé da sustentabilidade**, que preconiza que o desenvolvimento deve ser **ecologicamente equilibrado**, **socialmente justo** (equidade social) e **economicamente viável**.



4. O **Princípio da Participação Comunitária**, também denominado **Princípio da Participação Cidadã**, **Princípio da Participação Popular** ou **Princípio Democrático**, determina que as pessoas têm o direito de participar ativamente das decisões políticas ambientais, considerando o caráter transindividual dos danos ambientais.

- Esse princípio se concretiza, por exemplo, quando são exigidas **audiências públicas** em licenciamentos ambientais, **consultas públicas** na criação de unidades de conservação e na legitimação para propositura de **ações populares** e **ações civis públicas**.

5. O **Princípio da Informação** não é exclusivo do Direito Ambiental, podendo também ser encontrado em outros ramos, a exemplo do Direito do Consumidor e do Direito Administrativo. Está relacionado aos princípios da **Participação** e da **Publicidade**.

- Segundo o art. 5º, XXXIII, da CF/88, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu **interesse particular**, ou de **interesse coletivo ou geral**.

- Qualquer indivíduo, **INDEPENDENTEMENTE** da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações ambientais, mediante requerimento escrito.

- Princípio 10, da Declaração Rio/92, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos.

6. **Princípio do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado:** esse princípio se concretiza com a manutenção de um bom equilíbrio ambiental, ou seja, sem alterações significativas provocadas pelo homem.

- Encontra-se fundamentado no art. 225 da Carta Magna quando assevera que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado".

- O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de **3ª geração**, fundado no princípio da solidariedade, ligado ao direito fundamental à vida e à proteção da dignidade da vida humana.

7. O **Princípio do Protetor-recebedor** é o contrário do poluidor-pagador.

- Esse princípio postula que aquele que protege um bem natural em benefício da comunidade deve receber uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção ambiental prestado.

8. O **Princípio da Ubiquidade** pode ser mencionado como princípio do Direito Ambiental devido à onipresença do meio ambiente, que não encontra qualquer fronteira territorial e é um bem de natureza **difusa**.

- De acordo com o Princípio da Ubiquidade, o objeto de proteção do meio ambiente, localizado no epicentro dos direitos humanos, deve ser levado em consideração toda vez que uma política, atuação, legislação sobre qualquer tema, atividade, obra tiver que ser criada e desenvolvida.

9. **Princípio da Educação Ambiental**: a educação ambiental, como um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

- Conforme o art. 225, parágrafo 1°, VI, da CF/88, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

- A Política Nacional de Educação Ambiental prevê a educação ambiental como um componente **essencial** e **permanente** da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

10. **Princípio da Função Socioambiental da Propriedade:** a função social da propriedade foi reconhecida expressamente pela Constituição de 1988.

- A Constituição **impõe ao proprietário o dever de exercer o seu direito de propriedade em conformidade com a preservação do meio ambiente**, no sentido de que, se ele não o fizer, o exercício do seu direito de propriedade não será legítimo.

- A propriedade **RURAL** cumpre a sua função social quando atende, simultaneamente, a quatro requisitos:

- ✓ o aproveitamento racional e adequado;
- ✓ a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente;
- ✓ observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- ✓ exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

- A propriedade **URBANA**, para desempenhar a sua função social, deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no **plano diretor.**

A função social da propriedade **não** se limita à propriedade rural.

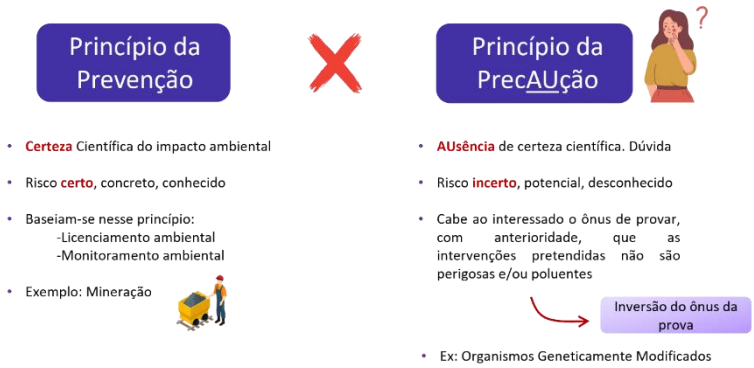
A propriedade urbana também deve cumprir a sua função social.

APOSTA ESTRATÉGICA

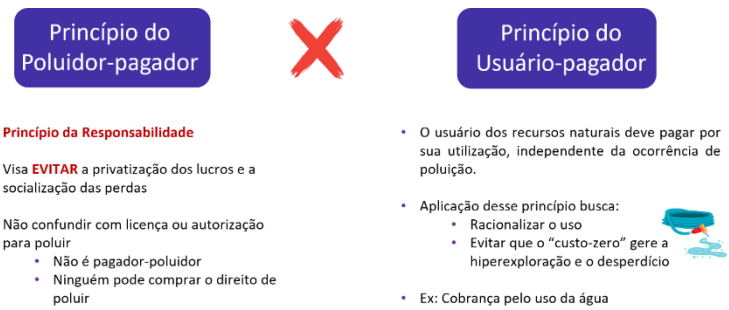
A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais[1].

Dentro do assunto "Princípio do Direito Ambiental", são os pontos que acreditamos serem os que possuem mais chances de serem cobrados pela banca:

- Diferenças entre os Princípios da Prevenção e Precaução:



- Diferenças entre os Princípios do Poluidor-pagador e Usuário-pagador.



[1] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

1. (CEBRASPE/2021/Procurador do Estado (PGE PB)) Considere as seguintes assertivas.

I A incerteza de conhecimentos científicos, longe de desculpar deveria incitar a mais prudência.

II A ignorância não pode ser um pretexto para ser imprudente.

III Na dúvida, opta-se pela solução que proteja imediatamente o ser humano.

As assertivas I, II e III invocam o conteúdo do seguinte princípio geral do direito ambiental:

a) princípio da reparação.

b) princípio da informação.

c) princípio do poluidor-pagador.

d) princípio da precaução.

e) princípio da cooperação.

Comentários

Pelo Princípio da precaução, quando houver risco de danos ambientais, a **ausência de certeza científica** não deve ser utilizada como razão para postergar medidas para danos ambientais.

Esse princípio está previsto expressamente como Princípio 15 na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992:

> Princípio 15: Com a finalidade de proteger o meio ambiente, os Estados deverão aplicar amplamente o critério de precaução conforme suas capacidades. Quando houver perigo de dano grave ou irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para que seja adiada a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação ambiental.

Dessa forma, a **alternativa correta e a letra "D".**

2. (CEBRASPE/2018/(IPHAN)) A respeito de princípios fundamentais do direito ambiental, julgue o item subsequente.

A realização de obras de engenharia destinadas ao uso comercial deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, em razão do princípio da precaução.

Comentários

A realização de obras de engenharia destinadas ao uso comercial deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, em razão do princípio da prevenção.

O princípio da prevenção apoia-se na CERTEZA científica do impacto ambiental. Assim, adotam-se todas as medidas para mitigar ou eliminar os impactos conhecidos sobre o ambiente. É com base nesse princípio que nós temos o licenciamento e o monitoramento ambiental, que buscam evitar ou minimizar possíveis danos ao ambiente.

Item errado, portando.

3. (CEBRASPE/2017/Procurador do Município de Fortaleza) De acordo com os princípios do direito ambiental, julgue o item que se segue.

Por disciplinar situações que podem ocorrer antes do dano, o princípio da prevenção não inclui a restauração de recursos ambientais.

Comentários

O princípio da prevenção prevê a adoção de medidas para **prevenir, minimizar, evitar, mitigar e compensar os impactos negativos** desencadeados por atividade ou empreendimento, bem como para a restauração de recursos ambientais, uma vez que o restabelecimento de espaço naturais impactados se faz importante no abrandamento dos danos existentes e constitui um passo importante na prevenção de futuros danos.

Item errado, portanto.

4. (CEBRASPE/2022/Defensor Público do Estado do Tocantins) De acordo com preceitos legais, quem utiliza o recurso ambiental com fins econômicos deve suportar seus custos por força do princípio do(a)

a) participação.

b) poluidor-pagador.

c) cooperação.

d) gestão democrática.

e) compensação.

Comentários

Pelo Princípio do Poluidor-pagador, se busca imputar ao poluidor o custo social da poluição por ele gerada, produzindo um mecanismo de responsabilidade por dano ecológico, abrangente dos efeitos da poluição não somente sobre bens e pessoas, mas sobre toda a natureza.

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "B"**.

5. (CEBRASPE/2022/Analista Ambiental (IBAMA)) A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue o item subsequente.

Pelo princípio do poluidor pagador, aquele que poluir deverá responder pelo prejuízo que causar ao meio ambiente, de forma pecuniária ou mediante a prática de atos.

Comentários

Pelo Princípio do Poluidor-pagador, também conhecido como princípio da responsabilidade, exige que o poluidor suporte as **despesas** de prevenção, de reparação e de repressão dos danos ambientais por ele causados. Ou seja, quem polui, deve responder pelo prejuízo que causa ao meio ambiente. E a sua responsabilização se dá em forma de pagamento que, por sua vez, pode consistir em uma prestação em dinheiro, ou em atos do poluidor.

Item correto, portanto.

6. (CEBRASPE (CESPE) - 2018 - Técnico I (IPHAN)) A respeito de princípios fundamentais do direito ambiental, julgue o item subsequente.

O princípio do usuário pagador estabelece que quem utiliza o recurso ambiental deve suportar os custos advindos dessa prática.

Comentários

Pelo Princípio do Usuário-pagador o usuário de recursos naturais deve pagar por sua utilização, INDEPENDENTEMENTE da ocorrência de poluição. A aplicação desse princípio busca racionalizar o uso, além de evitar que o "custozero" gere a hiperexploração e o desperdício.

Item correto, portanto.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Procurador do Ministério Público junto ao TCE-SCAcerca dos princípios ambientais, das competências em matéria ambiental e do direito ambiental constitucional, julgue o item a seguir.

O princípio constitucional do desenvolvimento sustentável deve ser observado pelos cidadãos, pelo poder público e nas atividades econômicas com vistas a promover a defesa e a proteção do meio ambiente em solidariedade com as gerações atual e futura.

Comentários

O desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras na satisfação de suas próprias necessidades.

Item correto, portanto.

8. (CEBRASPE/2021/Promotor de Justiça) Assinale a opção que indica o princípio do direito ambiental segundo o qual os cidadãos têm o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais e de obter de órgãos públicos informações referentes à defesa do meio ambiente.:

a) princípio da prevenção

b) princípio do equilíbrio

c) princípio da responsabilidade

d) princípio democrático

e) princípio do poluidor pagador

Comentários

O Princípio que assegura ao cidadão o direito à informação e a participação na elaboração das políticas públicas ambientais é o Princípio da Participação Comunitária ou Popular ou Princípio Democrático.

Logo, alternativa correta: D

9. (CEBRASPE/2022/Promotor de Justiça) A Lei n.º 12.305/2010 estabelece uma série de princípios aplicáveis à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assinale a opção que apresenta o princípio que tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que prestam serviços ambientais para a coletividade.

a) princípio do protetor-recebedor

b) princípio do desenvolvimento sustentável

c) princípio da cooperação

d) princípio do usuário-pagador

e) princípio do controle social

Comentários

O Princípio Protetor-Recebedor postula que aquele que protege um bem natural em benefício da comunidade deve receber uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção ambiental prestado.

Logo, alternativa correta: A

10. (CEBRASPE/2008/Procurador do Município de Aracaju) Quanto aos princípios do direito ambiental, julgue o seguinte item.

A função social da propriedade não se limita à propriedade rural, abrangendo também a propriedade urbana. A função social desta é cumprida quando se atendem as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, conforme previsto pelo Estatuto da Cidade.

Comentários

A propriedade URBANA, para desempenhar a sua função social, deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no **plano diretor**.

Item correto, portanto.

11. (CEBRASPE/2011/Juiz Estadual (TJ PB)-Adaptada) Com relação aos princípios de direito ambiental, julgue o item a seguir:

A necessidade da educação ambiental é princípio consagrado pelas Nações Unidas e pelo ordenamento jurídico brasileiro, e, nesse sentido, a CF determina ao poder público a incumbência de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Comentários

A educação ambiental, enquanto princípio previsto pelo ordenamento brasileiro, consta da Constituição Federal e trata-se de incumbência do Poder Público, exatamente como dispõe a assertiva, confira:

> *Constituição Federal*
>
> *Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*
>
> *§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*
>
> *VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;*

Item correto, portanto.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Basicamente, o que diferencia o Princípio da Prevenção do Princípio da Precaução?
2. O que preconiza o Princípio do Poluidor-pagador?
3. O estudo prévio de impacto ambiental está vinculado em especial a qual princípio de Direito Ambiental?
4. O que difere o Princípio do Usuário-pagador do Princípio do Poluidor-pagado?
5. O que é o desenvolvimento sustentável de acordo com o documento "Nosso Futuro Comum"?
6. Quais são os outros nomes dados as Princípio da Participação comunitária? O que prevê esse princípio? E como ele se concretiza?
7. Qual é o princípio que prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral?
8. Qual é o princípio que tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que prestam serviços ambientais para a coletividade?
9. Qual é o princípio do direito ambiental segundo o qual os cidadãos têm o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais e de obter de órgãos públicos informações referentes à defesa do meio ambiente?
10. O princípio da ubiquidade visa garantir a proteção ao meio ambiente, considerando-o como um fator relevante a ser estudado antes da prática de qualquer atividade, de modo a preservar a vida e a sua qualidade. Explique
11. Pelo Princípio da Função Socioambiental da Propriedade, quando que uma propriedade cumpre sua função social?

Perguntas com respostas

1. Basicamente, o que diferencia o Princípio da Prevenção do Princípio da Precaução?

Aplica-se o Princípio da Prevenção, quando o **perigo é certo** e quando se tem elementos seguros para afirmar que uma determinada atividade é efetivamente perigosa.

Já o Princípio da Precaução aplica-se quando a informação científica é insuficiente, inconclusiva ou **incerta** e haja indicações de que os possíveis efeitos de determinadas intervenções sobre o ambiente, a saúde das pessoas ou dos animais ou a proteção vegetal possam ser potencialmente perigosos e incompatíveis com o nível de proteção escolhido.

2. O que preconiza o Princípio do Poluidor-pagador?

Esse Princípio, também chamado de Princípio da Responsabilidade, prevê que o poluidor responda pelos custos sociais da degradação causada por sua atividade impactante.

Dentro da economia do meio ambiente, esse princípio é concretizado pelo que se conhece por internalização das externalidades negativas, isto é, a incorporação dos ônus externos da atividade produtiva no custo produtivo da atividade, evitando a privatização os lucros e a socialização dos prejuízos ambientais.

3. O estudo prévio de impacto ambiental está vinculado em especial a qual princípio de Direito Ambiental?

O princípio da prevenção tem como objetivo impedir a ocorrência de danos ao meio ambiente, por meio da imposição de medidas acautelatórias, antes da implantação de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras.

O estudo prévio de impacto ambiental, previsto no art. 225, § 1º, IV, da CF, é exemplo típico desse direcionamento preventivo. Por certo, nenhum outro instrumento jurídico melhor encarna a vocação preventiva do Direito Ambiental do que o EIA, criado exatamente para prever e impedir o dano, antes de sua manifestação.

4. O que difere o Princípio do Usuário-pagador do Princípio do Poluidor-pagado?

O Princípio do Poluidor-pagador prevê que o poluidor responda pelos custos sociais da degradação causada por sua atividade impactante.

Já o Princípio do Usuário-pagador preconiza que as pessoas que utilizam os recursos naturais devem pagar pela sua utilização. Diferentemente do Princípio do Poluidor-pagador, o do Usuário-pagador pode ser aplicado mesmo que não haja poluição, não caracterizando um caráter de sanção ambiental ou indenização como aquele princípio.

Assim, a cobrança pela utilização de um recurso natural sem poluição, a exemplo do uso racional da água, é exemplo de aplicação do Princípio do Usuário-pagador, e não do Poluidor-pagador.

Não obstante essa diferença, parte da doutrina entende que o Princípio do Poluidor-pagador está contido no do Usuário-pagador, uma vez que a poluição pressupõe o uso. Já o contrário não é verdadeiro, visto ser possível, ao menos teoricamente, o uso sem poluição.

5. O que é o desenvolvimento sustentável de acordo com o documento "Nosso Futuro Comum"?

O termo desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

6. Quais são os outros nomes dados as Princípio da Participação comunitário? O que prevê esse princípio? E como ele se concretiza?

O Princípio da Participação Comunitária também pode ser denominado como Princípio da Participação Cidadã, Princípio da Participação Popular ou Princípio Democrático.

Esse Princípio determina que as pessoas têm o direito de participar ativamente das decisões políticas ambientais, considerando o caráter transindividual dos danos ambientais.

Ele se concretiza, por exemplo, quando são exigidas **audiências públicas** em licenciamentos ambientais, **consultas públicas** na criação de unidades de conservação e na legitimação para propositura de **ações populares e ações civis públicas**.

7. Qual é o princípio que prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral?

É o Princípio da Informação. Esse princípio não é exclusivo do Direito Ambiental, podendo também ser encontrado em outros ramos, a exemplo do Direito do Consumidor e do Direito Administrativo. Está relacionado aos princípios da Participação e da Publicidade.

- Segundo o art. 5º, XXXIII, da CF/88, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

- Qualquer indivíduo, INDEPENDENTEMENTE da comprovação de interesse específico, terá acesso às informações ambientais, mediante requerimento escrito.

- Princípio 10, da Declaração Rio/92, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos.

8. Qual é o princípio que tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que prestam serviços ambientais para a coletividade?

Princípio do protetor-recebedor. Esse princípio fundamenta-se na criação de benefícios em favor daqueles que protegem o meio ambiente.

É esse princípio que alicerça o chamado pagamento por serviços ambientais (PSA) que, segundo a novel Lei nº 14.119/21, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), é definido como (art. 2º, IV):

> *IV - pagamento por serviços ambientais: transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;*

9. O princípio da ubiquidade visa garantir a proteção ao meio ambiente, considerando-o como um fator relevante a ser estudado antes da prática de qualquer atividade, de modo a preservar a vida e a sua qualidade. Explique

Ubiquidade é a propriedade do que é onipresente. Desse modo, o Princípio da Ubiquidade pode ser mencionado como princípio do Direito Ambiental devido à onipresença do meio ambiente, que não encontra qualquer fronteira territorial e é um bem de natureza difusa.

Um desastre ambiental no Brasil pode trazer consequências diretas e indiretas à Europa, por exemplo. Daí a importância deste princípio quando se fala em cooperação entre os povos.

10. Pelo Princípio da Função Socioambiental da Propriedade, quando que uma propriedade cumpre sua função social?

A propriedade **RURAL** cumpre a sua função social quando atende, simultaneamente, a quatro requisitos, entre eles o aproveitamento racional e adequado, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente.

Já a propriedade **URBANA**, para desempenhar a sua função social, deve atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Lembrando que o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte (20.000) mil habitantes!

Grande abraço e bons estudos!

Monik Begname

Insta: www.instagram.com/profmonikbegname

Lista de Questões Estratégicas

1. (CEBRASPE/2021/Procurador do Estado (PGE PB)) Considere as seguintes assertivas.

I A incerteza de conhecimentos científicos, longe de desculpar deveria incitar a mais prudência.

II A ignorância não pode ser um pretexto para ser imprudente.

III Na dúvida, opta-se pela solução que proteja imediatamente o ser humano.

As assertivas I, II e III invocam o conteúdo do seguinte princípio geral do direito ambiental:

a) princípio da reparação.

b) princípio da informação.

c) princípio do poluidor-pagador.

d) princípio da precaução.

e) princípio da cooperação.

2. (CEBRASPE/2018/(IPHAN)) A respeito de princípios fundamentais do direito ambiental, julgue o item subsequente.

A realização de obras de engenharia destinadas ao uso comercial deverá ser precedida de estudo prévio de impacto ambiental, em razão do princípio da precaução.

3. (CEBRASPE/2017/Procurador do Município de Fortaleza) De acordo com os princípios do direito ambiental, julgue o item que se segue.

Por disciplinar situações que podem ocorrer antes do dano, o princípio da prevenção não inclui a restauração de recursos ambientais.

4. (CEBRASPE/2022/Defensor Público do Estado do Tocantins) De acordo com preceitos legais, quem utiliza o recurso ambiental com fins econômicos deve suportar seus custos por força do princípio do(a)

a) participação.

b) poluidor-pagador.

c) cooperação.

d) gestão democrática.

e) compensação.

5. (CEBRASPE/2022/Analista Ambiental (IBAMA)) A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue o item subsequente.

Pelo princípio do poluidor pagador, aquele que poluir deverá responder pelo prejuízo que causar ao meio ambiente, de forma pecuniária ou mediante a prática de atos.

6. (CEBRASPE (CESPE) - 2018 - Técnico I (IPHAN)) A respeito de princípios fundamentais do direito ambiental, julgue o item subsequente.

O princípio do usuário pagador estabelece que quem utiliza o recurso ambiental deve suportar os custos advindos dessa prática.

7. CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Procurador do Ministério Público junto ao TCE-SCAcerca dos princípios ambientais, das competências em matéria ambiental e do direito ambiental constitucional, julgue o item a seguir.

O princípio constitucional do desenvolvimento sustentável deve ser observado pelos cidadãos, pelo poder público e nas atividades econômicas com vistas a promover a defesa e a proteção do meio ambiente em solidariedade com as gerações atual e futura.

8. (CEBRASPE/2021/Promotor de Justiça) Assinale a opção que indica o princípio do direito ambiental segundo o qual os cidadãos têm o direito de participar da elaboração de políticas públicas ambientais e de obter de órgãos públicos informações referentes à defesa do meio ambiente.:

a) princípio da prevenção

b) princípio do equilíbrio

c) princípio da responsabilidade

d) princípio democrático

e) princípio do poluidor pagador

9. (CEBRASPE/2022/Promotor de Justiça) A Lei n.º 12.305/2010 estabelece uma série de princípios aplicáveis à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assinale a opção que apresenta o princípio que tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que prestam serviços ambientais para a coletividade.

a) princípio do protetor-recebedor

b) princípio do desenvolvimento sustentável

c) princípio da cooperação

d) princípio do usuário-pagador

e) princípio do controle social

10. (CEBRASPE/2008/Procurador do Município de Aracaju) Quanto aos princípios do direito ambiental, julgue o seguinte item.

A função social da propriedade não se limita à propriedade rural, abrangendo também a propriedade urbana. A função social desta é cumprida quando se atendem as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, conforme previsto pelo Estatuto da Cidade.

11. (CEBRASPE/2011/Juiz Estadual (TJ PB)-Adaptada) Com relação aos princípios de direito ambiental, julgue o item a seguir:

A necessidade da educação ambiental é princípio consagrado pelas Nações Unidas e pelo ordenamento jurídico brasileiro, e, nesse sentido, a CF determina ao poder público a incumbência de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Gabarito

1. Letra D
2. Errada
3. Errada
4. Letra B
5. Correta
6. Correta
7. Correta
8. Letra D
9. Letra A
10. Correta
11. Correta

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.